

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 27 de março de 2002

Ano 4 Nº 90

## Legislativo debate questão indígena no Estado

**R**epresentantes dos povos indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng estiveram nessa segunda-feira (25) na Assembléia, a convite do deputado Afrânio Boppé (PT), para discutir o tema da Campanha da Fraternidade 2002 - Por Uma Terra Sem Males.

Presentes ao debate representantes do Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, CNBB, o professor de antropologia da UFSC, Silvío dos Santos, e o deputado Rogério Mendonça (PMDB). A sessão especial foi aberta pelo presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL), que destacou a importância de um amplo debate sobre a distribuição de terra entre os índios.

Afrânio ressaltou que o governo catarinense tem culpa pelo sofrimento pelo qual passa o índio, já que induziu a colonização de terras indígenas. "É preciso fazer com que o Estado reconheça o erro, indenize os colonos que compraram essas terras e devolva o que é de direito a esses povos".

A representante da tribo Xokleng, cacique Iraci Nukforo, agradeceu a igreja católica pela iniciativa de escolher a

problemática indígena como tema para a Campanha da Fraternidade. "Não estamos pedindo nada que já não nos pertença por direito".

Mendonça ressaltou o problema da barragem norte, em Ibirama, que inundou as terras indígenas. "Após a construção dessa barragem, os povos indígenas que viviam na área esperam em vão por uma solução que fica barrada no descaso". Para o professor da UFSC, é preciso reconhecer a legitimidade das terras indígenas o mais rápido pos-

sível.

Os membros do Conselho Indigenista apresentaram propostas como a aprovação do Estatuto Indígena, além de um abaixo-assinado para o aceleração do processo de devolução ou doação de terras para os povos indígenas de Santa Catarina.

Ao final os índios apresentaram várias danças. No dia 19 de abril, Dia do Índio, uma nova audiência será marcada para discutir a questão.



Um minuto de silêncio pela situação dos índios no Brasil

(foto Carlos Kilian)

## Governo encaminha proposta de reposição dos servidores

O secretário da Administração, Celestino Secco, entregou nessa terça-feira (26), projeto de lei para reposição das perdas dos servidores de 1º de julho de 2001 a 30 de abril deste ano.

O governo espera liberar os percentuais bem antes do tempo estipulado pela proposta, dependendo sempre dos resultados da arrecadação mensal e dos limites prudenciais impostos pela Lei de Responsabili-

dade Fiscal (LRF) com relação a gastos com folha de pagamento. O percentual da reposição salarial será definido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período. "De junho do ano passado até 28 de fevereiro, o INPC ficou em 6,88%. Creio que o total até abril ficará entre 7% e 8%", calcula o secretário. A recomposição das perdas vale para todos os servidores civis, militares, inativos e pensionistas da administração pública estadual direta, das autarquias e fundações.

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), confia numa tramitação rápida da proposta, assim como o líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), que aposta na apreciação pela Comissão de Justiça na próxima terça-feira e a remessa da matéria para a Comissão de Finanças. "Temos que aprová-lo até no máximo dia 30 de abril. Quero conseguir isso antes. Não creio que algum deputado tenha alguma coisa contra".

## OPINIÃO

### O futuro da agricultura catarinense



Embora o governo brasileiro esteja comemorando, e com razão, a safra recorde de 100 milhões de toneladas em grãos, a situação do setor agrícola em nosso Estado ainda mantém nossos agricultores em estado de alerta. As dificuldades de plantio decorrentes do clima desfavorável e, principalmente, da falta de uma política adequada, transmitem dúvidas e incertezas. Há necessidade, com urgência, de se repensar o futuro da nossa agricultura e, se possível, com espírito voltado para grandes mudanças.

Lamentavelmente, estamos praticando, com raras exceções, tipos de cultivos que não se enquadram nas características daqueles que deveriam ser conduzidos na pequena propriedade familiar. É preciso que se produza um rompimento com as tradições e se reduza a resistência às mudanças.

A agricultura de Santa Catarina só será sustentável quando a nossa produção for comercializada pelas camadas mais ricas da população, inclusive do exterior. Cultivos que possuam elevada densidade econômica por unidade de área. As culturas extensivas e semi-extensivas

não são mais adequadas ao sistema estrutural de produção da nossa pequena propriedade. A rentabilidade é baixa, o empobrecimento do agricultor é crescente e os problemas sociais se agravam cada vez mais.

Olhando para o futuro não é preciso ser vidente para antever dias difíceis para o nosso setor agrícola. As medidas paliativas e emergenciais, por vezes, resolvem momentaneamente o problema. Mas estão longe de produzir efeitos duradouros que são desejados e esperados pelos agricultores e pela sociedade.

É claro que uma reestruturação administrativa na propriedade não ocorre de um momento para outro. É necessário uma grande soma de esforços de governantes e governados na direção de objetivos previamente estabelecidos, sustentados numa política agrícola desenvolvimentista séria dotada de um componente muito importante: a educação para a mudança.

Quando houve o desmonte do sistema de extensão rural quebrou-se a ponte que unia a pesquisa agrícola ao agricultor. A fonte da educação secou. Por isso, sem educação não há mudança e muito menos desenvolvimento.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)**  
*rogerio@alesc.sc.gov.br*

### Cerâmica vermelha: investindo e aperfeiçoando



Ações que estão sendo deflagradas nos últimos meses com o apoio do Governo do Estado finalmente resgatam um dos mais importantes segmentos da economia catarinense – a produção da cerâmica vermelha – que envolve em torno de 700 olarias e 70 mil empregos.

Uma dessas ações em favor do setor, na qual nos empenhamos pessoalmente, já está sacramentada e traduz uma das maiores aspirações dos ceramistas. Trata-se da viabilização de três laboratórios para aferição da qualidade do produto cerâmico, sendo que o primeiro - no município de Morro da Fumaça

– será realidade em breve, e os demais deverão surgir a seguir, em Rio do Sul e Canoinhas.

O convênio para o primeiro laboratório já foi assinado entre o Governo do Estado através da Fundação de Ciência e Tecnologia (Funcitec), Centro Tecnológico em Cerâmica, UFSC e o Sindicato dos Oleiros de Morro da Fumaça. A região do Morro da Fumaça concentra um expressivo número de cerâmica vermelha (também conhecida por cerâmica estrutural), reunindo em torno de 320 empresas e cinco mil trabalhadores.

Para se ter uma idéia do que representa essa iniciativa, basta dizer que, atualmente, existem apenas dois laboratórios em Santa Catarina para atender a demanda das mais de 700 olarias. E isso levando-se em consideração que tanto a Caixa Econômica Federal quanto o Banco do Brasil instituíram, recentemente, o Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade no Habitat, que prevê abertura de linhas de financiamento à construção civil somente àqueles que utilizarem produtos cerâmicos com

certificado de qualidade. Ou seja, a produção cerâmica está, mais do que nunca, obrigatoriamente destinada à qualidade – ou não vende.

Também de nossa iniciativa, e seguindo o mesmo espírito, viabilizamos junto ao Governo do Estado e igualmente através da Funcitec, a realização de um curso (duração de um ano) para os empresários da olaria, capacitando-os em novas técnicas e dando-lhes condições de competitividade neste mundo de economia globalizada. Numa primeira etapa, 100 empresários estão sendo preparados, todos eles das regiões de Morro da Fumaça, Tijucas/Canelinha e Rio do Sul. As empresas de cerâmica têm como particularidade a administração familiar. O dono normalmente é quem toma todas as decisões, bem como, acumula funções. Por isso, esse aperfeiçoamento tem como consequência a melhoria e o crescimento do setor através da qualidade.

Um dos avanços essenciais ao desenvolvimento do setor é o uso do gás natural. Ainda é grande o número de olarias que historicamente utilizam a lenha, e isso traz, hoje, enormes prejuízos. Estamos, inclusive, desenvolvendo um projeto-piloto nesse sentido, no Sul do Estado. Recentemente foi inaugurado um ramal de distribuição de gás natural entre Urussanga e Morro da Fumaça. São degraus que subimos gradativamente. Em primeiro momento, o custo do gás natural pode parecer caro, mas se comparamos a relação custo-benefício, perceberemos que a vantagem é grande. Além de ser uma opção ecologicamente correta para a queima do produto. O uso do gás natural, junto às outras ações referidas, colocará a cerâmica catarinense em condições de competir com quaisquer outras, de outros estados ou países.

**Deputado Valmir Comin (PPB)**  
*comin@alesc.sc.gov.br*

#### Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)  
 1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)  
 1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)  
 2º Secretário: Odete de Jesus (PL)  
 3º Secretário: Francisco de Assis (PT)  
 4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021  
*imprensa@alesc.sc.gov.br*

#### Divisão de Imprensa:

Diretor em exercício: Samir Machado  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos  
 Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Mirela Maria Vieira, Scheila Dziedzic, Tatiana Kainoshita, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Rubens Vargas  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Bortoluzzi, Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira, Alberto Neves e Carlos Kilian

Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## PRESIDÊNCIA

### Capivari de Baixo em exposição na Assembléia

Dando continuidade ao *Projeto Retratos de Santa Catarina*, idealizado pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), para mostrar a força dos municípios catarinenses, a noite dessa segunda-feira (25) celebrou a cultura e a história de Capivari de Baixo. Localizado às margens da BR-101 na microrregião do sistema lagunar, ao sul do Estado, o município foi emancipado em 29 de março de 1992.

O prefeito Luiz Carlos Brunel Alves (PMDB), acompanhado de vereadores e autoridades locais, falou da pujança das empresas que se instalaram na cidade e citou conquistas nas áreas da educação, como a implantação pelo MEC dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, e na saúde com a contratação de médicos e a entrega, no próximo mês, da maternidade.

Agostini enalteceu Capivari de Baixo por ser o maior produtor da América do Sul em energia elétrica. Lembrou que, juntamente com o deputado Manoel Mota (PMDB), teve a oportunidade de votar a favor do plebiscito que possibilitou a emancipação do então distrito de Tubarão. Parabenizou o deputado Joares Ponticelli (PPB) pela autoria do projeto de lei que denomina o município *Capital Catarinense da Termelétrica* e saudou outros parlamentares presentes: Sandro



*Prefeito Brunel discursa na solenidade*

Tarzan (PPB), Afrânio Boppré (PT), Jorginho Mello (PSDB) e Julio Garcia (PFL).

**História** - Em 1810 os primeiros habitantes se estabeleceram às margens do rio Capivari e iniciaram as atividades agrícola e pecuária, de subsistência típica da época, e que predominou na região até meados do século XX.

O referencial arquitetônico está ligado às atividades da Companhia Siderúrgica Nacional, representada por galpões, instalações administrativas e estação ferroviária do período áureo da extração de car-

vão.

Atualmente, o lavador de capivari e seus depósitos de carvão, a rede ferroviária que permanece intacta, a Usina Termelétrica Jorge Lacerda – a maior da América Latina no setor elétrico - e a gruta Nossa senhora da Saúde são importantes referenciais de desenvolvimento do município e pontos turísticos.

Dentre as metas da atual administração destaca-se a recuperação do ecossistema local, degradado pelo antigo lavador de carvão, que depositava os rejeitos piritosos ao ar livre.

### São Joaquim lança *Festa Nacional da Maçã*

Conhecido em todo o país como a Capital Nacional da Maçã, o município de São Joaquim, no Planalto Serrano, fará o lançamento oficial da 11ª Festa Nacional nesta quarta-feira (27), às 19 horas, no

hall da Assembléia. O evento contará com a presença de parlamentares, autoridades municipais e convidados, que conhecerão um pouco da trajetória dos festejos.

A festa, que acontece de 27 de abril a 5 de maio, no Parque Nacional da Maçã, surgiu em 1952 com o objetivo de divulgar a produção de maçãs que começava a ter destaque em São Joaquim - um dos mais frios municípi-

os de Santa Catarina. Nas primeiras edições a abrangência era local mas, com o tempo, passou a ter projeção cada vez maior, tornando-se festa nacional em 1978. Desde então passou a ser frequentada por milhares de pessoas, consolidou agronegócios e fortaleceu a economia regional.

O prefeito de São Joaquim, Newton Fontanella, acredita que a variedade de atrações, entre shows musicais, rodeios, exposições agropecuárias e seminários, deverá consolidar a XI Festa Nacional da Maçã como um multievento. “Esperamos receber mais de 150 mil pessoas durante os nove dias da festa, com visitantes de diversos estados e até de países sul-americanos, além de autoridades, produtores rurais e empresários dos setores da fruticultura, da agroindústria e do turismo”.



SÃO JOAQUIM  
27 DE MARÇO  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



## GERAL

## Secretário da Saúde informa sobre dengue em SC

A Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), realizou nessa segunda-feira (25) uma audiência pública que contou com a presença do secretário da Saúde, João José Cândido da Silva, e representantes de entidades, além dos deputados Ronaldo Benedet (PMDB), Jaime Mantelli (PDT) e Romildo Titon (PMDB). O encontro atende preceito constitucional com a apresentação trimestral do relatório dos gestores estaduais do SUS.

O principal investimento na saúde acontece na interiorização dos serviços de alta complexidade, como a implantação do Centro de Oncologia, para o tratamento de câncer, no oeste; o credenciamento de hospitais para a realização de cirurgias cardíacas, no sul, e o Centro de Hemodiálise, no meio oeste (Joaçaba). O secretário destacou a aplicação de recursos em programas como os agentes comunitários da saúde e saúde familiar nos atendimentos de baixa complexidade.



Cândido e Morastoni

**Dengue** – Cândido informou que foram notificados 900 casos suspeitos da doença em Santa Catarina, mas somente 158 foram confirmados, sendo todos eles vindos de outros estados. A intensificação do trabalho de campo pela vigilância sa-

nitária, ambiental e epidemiológica, a agilização no tratamento e a participação da população no combate à doença, através do engajamento nos programas, são as melhores iniciativas para o Estado ficar livre da doença.

**Recursos** - Benedet questionou sobre o uso pela secretaria, de R\$ 1,4 milhão, recebidos desde setembro do governo federal sem a discussão da aplicação junto ao Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (Consems). O secretário adjunto da Saúde, Norival Silva, diz que estes valores foram usados na ampliação da oferta de UTIs neonatal, dos centros de oncologia e da realização de cirurgias cardíacas, dentro da política de macrorregionalização da saúde.

Para Morastoni não há dúvida da aplicação destes recursos na saúde, mas não se justifica o segredo mantido pela secretaria nos sete meses de uso destes recursos sem a discussão junto ao conselho. “Foi uma decisão arbitrária. Os recursos poderiam ser deslocados para outras ações nos municípios”.

## Programa de Assistência aos celíacos

O deputado José Paulo Serafim (PT) apresentou um projeto de lei que institui o *Programa de Assistência às Pessoas Portadoras da Doença Celíaca*. A estimativa é de que 300 mil brasileiros sofram com este mal. Trata-se de uma lesão no intestino delgado - aquele responsável pela absorção dos nutrientes contidos nos alimentos. Essa lesão se forma porque o celíaco sofre de intolerância ao glúten, proteína encontrada no trigo, centeio, cevada e aveia, farinhas básicas para a produção de pães, massas, bolos e bolachas.

Os sintomas são diarreia crônica, vômitos, distensão e dor abdominal, desnutrição, baixo peso e estatura, falta de apetite, palidez e fraqueza. Sem tratamento adequado, a doença pode atingir outros órgãos, acarretando disfunções nos hormônios, sangue, fígado, sistema nervoso, rins, pele e, em casos extremos, causar doenças malignas (câncer) e a morte.

O projeto de lei foi elaborado em parceria com a Associação dos Celíacos de Santa Catarina (Acelbra/SC) e vai contribuir para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Se aprovada, a lei vai garan-

tir a realização de exames, incluindo a biópsia intestinal, que tem alto custo. Outro objetivo é que os supermercados tenham um setor exclusivo, com produtos sem glúten.

A dieta alimentar sem glúten é a única forma de tratamento dessa doença. Como são produtos caros, o projeto propõe a doação de cesta básica para os celíacos, segundo critérios objetivos de carência e número de doentes por família. “Enquanto nós pagamos até R\$ 2 por um pacote de um quilo de macarrão, eles pagam R\$ 5 por um pacote de 200 gramas. Famílias carentes, que já têm dificuldades para manter a alimentação normal, simplesmente não conseguem alimentar dois ou três doentes celíacos porque os preços são muito ele-



Integrantes da Acelbra em reunião com Serafim

vados”, explica o deputado.

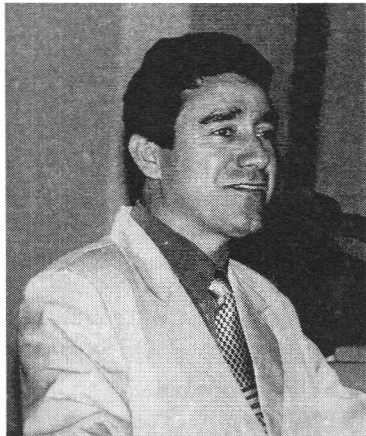
O gabinete de Serafim vai produzir uma cartilha explicativa sobre a doença, seus sintomas e formas de tratamento. A intenção é atingir profissionais das redes públicas de saúde e educação, além de sensibilizar donos de supermercados, bares, hotéis e restaurantes para que passem a ofertar alimentos preparados especialmente para os celíacos.

## PLENÁRIO

### Projeto institui normas para fiscalização de desmanche de veículos

No ano passado a Assembléia aprovou e o governador vetou o projeto de lei do deputado Francisco de Assis (PT) estabelecendo normas para a fiscalização de desmanche de veículos em Santa Catarina.

Diante das constantes denúncias, na imprensa, tratando deste assunto, Assis tomou a iniciativa de reapresentar a matéria para nova tramitação. De acordo com o projeto, todos os estabelecimentos comerciais que atuem nos setores de desmanche de veículos, de comercialização de peças e acessórios vindos desses locais e de reutilização de peças e componentes considerados fora de uso ficam obrigados a ter registro no órgão estadual da administração que



assis@alesc.sc.gov.br

o Executivo determinar como responsável. Os estabelecimentos só poderão atuar nesse ramo através de documentação que comprove a procedência do veículo, das peças e acessórios e com baixa junto ao Detran.

O parlamentar justificou o projeto dizendo que os furtos

de veículos têm sido uma das maiores preocupações no momento e que o objetivo do projeto é estabelecer uma legislação estadual sobre o desmanche ilegal e a venda irregular de peças usadas. Assis disse que através do cadastro das empresas na Secretaria da Fazenda será inibido o funcionamento de esquemas de compra de carros irrecuperáveis,

que já deveriam ter sofrido baixa de registro. "Dessa forma, a documentação não poderá ser usada para esquentar veículos roubados ou furtados e que trafegariam com documentos aparentemente legais, como aconteceu há alguns dias com uma empresa no sul do estado, que fazia parte de um grande esquema de adulteração de veículos".

### Caracteres em braile nos elevadores

A implantação de caracteres em braile indicando os andares nos elevadores foi sugerida através de indicação do deputado João Rosa (PTB) ao governador. Justificou que "os deficientes visuais encontram dificuldades de utilizar os elevadores, principalmente em identificar os andares. A implantação da linguagem braile vai facilitar a movimentação dos cegos, que poderão se locomover com maior desenvoltura dentro dos edifícios, sem necessitar da ajuda de terceiros".

### Análise de produtos cerâmicos

A construção de um laboratório de análise de produtos cerâmicos no Alto Vale do Itajaí foi solicitada pelo deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador. Explicou que a realização do procedimento, quinzenal, tem ocasionado sérios problemas às indústrias do setor, já que é feito em Florianópolis, na UFSC, o que demanda perda de tempo e dinheiro.

"A região do Alto Vale possui 58 indústrias ceramistas e o custo do laboratório está estimado em R\$ 150 mil. Por sua vez, o Estado já autorizou a liberação de R\$ 200 mil para construção de um laboratório em Morro da Fumaça, uma região que possui menor número de empresas cerâmicas e dista cerca de 12 km de Criciúma, onde fica instalado o Centro Técnico Cerâmico. Entendemos que o Alto Vale tem maior necessidade desse tipo de equipamento", disse Mendonça.

### Duarte quer derrubar decisão das escolas privadas

Proibir a exigência de fiador nos contratos com as instituições privadas de ensino fundamental e médio é o que trata o projeto apresentado pelo deputado Jaime Duarte (PPS). O procedimento é resultado de orientação feita pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Consenen) às suas afiliadas. A instituição justificou a recomendação nos índices de inadimplência registrados no ano passado.

"A medida é ilegal e injusta, já que as escolas particulares têm o direito de recusar ou efetivar as matrículas enquanto perdurar a inadimplência, mas não podem impedir o aluno de continuar frequentando normalmente a escola", argumenta Duarte. Ele assinala que as escolas particulares têm o direito assegurado em lei para negociar ou cobrar judicialmente as



jaime@alesc.sc.gov.br

dívidas. "A educação não é mercadoria pura e simples e cabe ao Estado regular as atividades desenvolvidas por toda e qualquer instituição que atue na área de educação".

A proposição prevê medidas preventivas que assegurem o direito dos alunos inadimplentes de frequentar todos os locais da escola onde são desenvolvidas atividades escolares e o acesso aos documentos referentes à vida escolar do estudante.

O parlamentar lembra que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevêem a responsabilidade e a competência do Estado para organizar suas redes de ensino nos níveis fundamental e médio. "Temos que lembrar que a legislação delega aos estados o poder de conceder ou renovar a licença para o funcionamento das escolas particulares", salienta.

## PLENÁRIO

### Suspensão de vôos para Chapecó

A decisão da Companhia de Aviação Rio Sul de suspender, a partir de 1º de abril, os vôos diários para o aeroporto Serafim Bertaso, de Chapecó, motivou o líder do PPB, deputado Milton Sander, a encaminhar mensagens ao diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC) e ao secretário dos Transportes solicitando que ambos intercedam junto à direção da empresa para que reconsidere a medida.

Segundo a companhia aérea, o aeroporto não teria as condições ideais para operacionalizar aeronaves do tipo Boeing, já que o moderno equipamento de proteção ao vôo, VOR, já instalado, ainda não foi homologado. Atualmente, estão em operação aeronaves do tipo Brasília.

Sander expressa preocupação com o eventual cancelamento dos vôos e com os incalculáveis prejuízos que traria não



*milton@alesc.sc.gov.br*

só a Chapecó e ao Oeste, mas para Santa Catarina. "Ao longo dos seus 30 anos de existência, o aeroporto firmou-se como um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da região, opera quatro vôos diários para São Paulo e um para Florianópolis, sempre com grande ocupação".

Para ele, o aeroporto "é o portal para o desenvolvimento da região prestando inestimáveis serviços às forças produtivas e políticas, molas-mestra do progresso local. Ao longo dos anos, o aeroporto tem representado importante papel nas exportações (em especial, das agroindústrias) para os demais pontos do Brasil e exterior, bem como na realização de feiras agropecuárias e eventos marcantes, como o Mercoagro".

### Remissão de notificação fiscal

Indicação do deputado Altair Guidi (PPB) ao governador e ao secretário da Fazenda solicita a remissão das notificações fiscais emitidas com base na Guia de Informação de Apuração de ICMS (GIA) do produtor rural, referente aos anos base de 1999 e 2000. "O produtor rural é obrigado por lei a prestar informações eletrônicas para apuração de ICMS, exigência que o pequeno agricultor nem sempre tem condição de cumprir. A consequência é a multa, que gera a receita que se pretende remir", explicou Guidi.

Segundo o deputado, o objetivo principal da indicação é proteger o agricultor familiar catarinense, que além de ser atingido pelas oscilações da economia nacional e internacional, ainda lida com as incertezas das condições climáticas que prejudicam a lavoura.

### Crédito educativo

O deputado Jaime Mantelli (PDT) apresentou proposição ao governador para que os financiamentos de crédito educativo, previsto no artigo 170 da Constituição Estadual, que direciona recursos para estudantes dos cursos de graduação, sejam viabilizados através dos bancos de microcréditos.

O parlamentar explica que as instituições financeiras tradicionais não viabilizaram as linhas de financiamento aos estudantes por considerarem baixo o volume de recursos envolvido nesta operação, não possibilitando o lucro desejado por elas.

Mantelli diz que em 2002 está previsto para o crédito educativo a aplicação de 2% do mínimo constitucional destinado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior. "O crédito educativo atua dentro da proposta social. Os bancos de microcréditos também se encaixam nesta linha de atuação. Poderia ser um bom negócio para todos, uma vez que eles trabalham com um baixo percentual de juros". Após a graduação, o estudante beneficiado terá dois anos de carência para o pagamento parcelado da dívida.

### Armas apreendidas poderão ser utilizadas pela polícia

Equipar as polícias Civil e Militar com o mesmo poder de fogo dos criminosos. Esse é o principal objetivo do deputado Ivo Konell (PMDB) que apresentou projeto de lei transferindo para as polícias as armas apreendidas de assaltantes, seqüestradores, traficantes, etc. "A prisão de marginais tem permitido a apreensão desses armamentos modernos e que, normalmente, ficam à disposição do Poder Judiciário. Com a liberação dessas armas, os policiais estarão bem mais preparados para essa "guerra" diária em defesa da sociedade", explica.

De acordo com a proposição, a transferência das armas de fogo para a Secretaria de Segurança Pública obedecerá os termos da legislação federal vigente. Já a distribuição aos policiais civis e militares dependerá das normas internas de cada corporação.

Konell não admite que os policiais sejam surpreendidos pelos criminosos, principalmente no que diz respeito ao



*konell@alesc.sc.gov.br*

armamento. "Não se pode admitir que as quadrilhas utilizem poderosas armas importadas, de forte calibre, de longo alcance e precisão".

O projeto prevê ainda que as despesas decorrentes dessa transferência serão arcadas por dotações orçamentárias próprias, constantes no orçamento estadual.

## Campanha antidrogas nos cinemas do Estado

Está tramitando na Assembléia o projeto de lei da deputada Odete de Jesus (PL) que torna obrigatória a veiculação, em todos os cinemas do Estado, de campanha publicitária esclarecendo sobre as conseqüências do uso de drogas. As peças publicitárias serão apresentadas antes de cada sessão e serão elaboradas por uma equipe multidisciplinar, sob a coordenação do governo do Estado e supervisão técnica de servidores das secretarias da Saúde, da Educação, da Justiça, de representantes do Ministério Público e de entidades com reconhecido trabalho nas áreas de prevenção e de recuperação dos usuários.

Na opinião da parlamentar, é dever do Estado atuar na prevenção ao consumo de drogas. "Os cinemas existentes em Santa Catarina serão usados em benefício direto da população na tentativa de salvar os jovens do flagelo das drogas".

### SC-Gás

O deputado Adelor Vieira (PMDB) encaminhou pedido de informação ao governador indagando qual a participação acionária do Estado na SC-Gás; quanto desse valor já foi integralizado; quantos funcionários tem a empresa; qual a composição do quadro administrativo; qual o investimento previsto para 2002 e qual o resultado da atuação da empresa desde sua constituição até a presente data.

## Meia entrada para professores

O deputado Afrânio Boppré (PT) apresentou um projeto de lei que propõe a meia-entrada para professores do ensino médio, fundamental e superior na compra de ingressos para shows culturais, sessões de cinema, espetáculos teatrais e musicais. Caso o projeto seja aprovado, a meia-entrada vai incidir, inclusive, sobre o preço de descontos especiais. O projeto beneficia professores das redes privada e pública, incluindo os ACTs (Admitidos por Contrato Temporário). O parlamentar acredita que a iniciativa vai ajudar na formação cultural dos professores.

## Cocal do Sul terá posto do Sine

Antiga reivindicação da população de Cocal do Sul, o posto do Sine estará em funcionamento no prazo de 30 dias. A notícia foi comunicada ao deputado Valmir Comin (PPB) por Nelson da Silva, coordenador regional do Sine para as regiões carbonífera e do extremo sul catarinense. Segundo Comin, a comunidade não precisará mais deslocar-se a Criciúma e Urussanga para fazer carteiras de trabalho, cadastrar-se para o recebimento do seguro-desemprego e buscar vagas no mercado de trabalho. "As informações colhidas a partir do Sine também servirão para planejar o desenvolvimento do município, principalmente na área industrial. Saberemos qual é a oferta e procura de determinadas qualificações e investiremos nestes setores".

## Proposições

**Deputado Ronaldo Benedet** (PMDB) ao superintendente da Telesc Brasil Telecom solicitando a extensão da rede telefônica na avenida Nereu Ramos, em São João do Sul, e a colocação de telefones públicos em diversas localidades.

**Deputado Narcizo Parisotto** (PTB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Caçador, Florianópolis, Indaial, Jardinópolis, Anchieta e São José, cumprimentando-os pela passagem dos aniversários dos municípios.

**Deputado Manoel Mota** (PMDB) ao secretário dos Transportes pedindo a pavimentação asfáltica dos acessos da área de Porto Seco a Içara e Criciúma.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao DNER/SC pedindo a instalação de lombada eletrônica na BR-470, km 110, na localidade de São Pedro, em Apiúna.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) ao governador solicita a adoção dos procedimentos necessários para a instalação das regiões metropolitanas de Tubarão, Criciúma e Foz do Rio Itajaí, já instituídas em lei.

**Deputado Adelor Vieira** (PMDB) ao secretário da Saúde solicitando auxílio financeiro para a Unidade Mista de Saúde, de Ilhota, para compra de cadeiras de roda.

**Deputado José Paulo Serafim** (PT) ao presidente da Telesc requerendo a instalação de um telefone público na rua Morro da Fumaça, no bairro Mina do Mato, em Criciúma.

**Deputado Gelson Sorgato** (PMDB) às autoridades municipais de Jardinópolis, Coronel Martins, Cordilheira Alta e Ipuáçu, cumprimentando-as pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao diretor comercial da Telesc Brasil Telecom pedindo a instalação de uma central telefônica rural na localidade de São Pascoal e no distrito de Poço Preto, em Irineópolis.

**Deputado Ronaldo Benedet** (PMDB) ao governador e ao secretário da Agricultura solicitando a doação ou empréstimo de um trator agrícola para a Associação de Produtores Rurais de Altos da Boa Vista, em Bom Jardim da Serra.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras solicitando a instalação de redutores de velocidade na SC-302, altura dos Kms 33 e 40, no perímetro urbano de Alfredo Wagner.

**Deputado Adelor Vieira** (PMDB) à secretária da Família solicitando que seja mantido o valor do convênio de 2001 com a entidade Lar da Menina, de Tubarão.

**Deputado Antônio Aguiar** (PFL) ao secretário dos Transportes pedindo dois caminhões e uma retroescavadeira para Canoinhas.

## Perdas dos agricultores

Medidas urgentes para minimizar a perda dos agricultores decorrentes da estiagem foram solicitadas pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao governador. Sugere a diminuição proporcional da dívida proveniente do Programa Troca-Troca, tomando-se por base o montante dos prejuízos. Sorgato explicou que os trabalhadores rurais encontram-se apreensivos com os resultados advindos da estiagem, que determinaram consideráveis perdas nas culturas de milho e feijão, entre outras. Com a redução da produção dessas culturas, os valores pertinentes ao adimplemento do programa ficaram prejudicados, ultrapassando as atuais possibilidades financeiras dos agricultores.

## ESPECIAL

## Roman desafia TCE a contrapor valores das obras

**D**urante depoimento à CPI dos Contratos, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), o diretor-geral do DER, Edgar Roman, criticou o Tribunal de Contas por ter emitido parecer sobre projeto de 1998 sem permitir o direito de defesa.

Roman fez suas explanações à CPI sobre o edital sustado pelo TCE em 30 de outubro de 2001, por indícios de superfaturamento sobre um trecho de 53,9 km da BR-282 (trecho Vargem-São José do Cerrito). “Em 1998, o DER reavaliou o projeto original, que é de 1977, de forma equivocada. O trecho continuou sendo considerado via vicinal, enquanto que a rodovia tem classificação pelo próprio DNER para tráfego pesado integrando o corredor Mercosul”.

De acordo com o diretor e os engenheiros do DER, Prudêncio Wust e Itamar Flâmia, havia várias inadequações técnicas no projeto de 98, que totalizava R\$ 19,6 milhões. Os problemas foram corrigidos pela empresa Engemin, cujo projeto foi orçado em R\$ 83 milhões, no edital sustado pelo Tribunal. “Qualquer dúvida



Depoimento do Diretor Roman a CPI

sobre os preços, os quantitativos que mudaram em vista das adequações necessárias, o senhor deve fazer ao DNER, que aprovou tudo e mandou fazer a licitação em julho de 2001”, respondeu Roman à indagação feita pelo deputado Afrânio Boppé (PT).

**Largura** - Segundo os engenheiros, o

primeiro projeto tinha erros de classificação de materiais, não detectou diversas áreas onde há um grande acúmulo de materiais moles para remoção, não levou em conta a necessidade efetiva de drenagem, não detectou concentrados de rochas localizados na análise da Engemin, entre outras falhas. O segundo manteve os “equivocos” e reduziu quantitativos anteriores, mantendo a classificação do trecho como vicinal. Além disso, a largura da estrada e dos acostamentos, o tipo de pavimentação e a necessidade de maior desmatamento teriam contribuído para o pulo nos preços.

Roman atribuiu à esperança de incluir a obra no orçamento de 99 da União a emissão de ordem de serviço em maio daquele ano e sua posterior suspensão, dois meses depois, justamente por falta de recursos orçamentários. Blasi inquiriu porque foram feitos aditivos ao contrato se o projeto continha erros grosseiros. “Só ficamos sabendo quando da análise da Engemin, finalizada em maio do ano passado”, justificou Flâmia. Todos os convênios e contratos referentes à BR-282 foram avocados em janeiro deste ano pelo DNER e estão fora da responsabilidade estadual.

A pedido do relator, deputado Lício Mauro da Silveira (PPB), a CPI vai requisitar comparativo de preços ao DNER dos trechos de duplicação do acesso sul de Joinville à BR-101. O diretor e os engenheiros do DER podem voltar à CPI, numa provável acareação com os técnicos do TCE.

Fique em dia com a política  
Acesse Rádio Alesec Digital

[www.alesec.sc.gov.br/radio](http://www.alesec.sc.gov.br/radio)



## Agenda

**Dia 1º**, às 15 horas – Reunião da CPI dos Contratos

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 2**, às 17 horas – Reunião da CPI do Roubo de Cargas e Veículos

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 2**, às 19 horas – Retratos de SC – Araranguá

**Local:** Hall da Alesec

**Dia 3**, às 17 horas – Reunião administrativa da CPI dos Contratos

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 3**, às 20 horas – Lançamento do livro *O Craque Eterno*, de Nilton Teixeira Mello Júnior – Bola Teixeira

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 3**, às 21 horas – Debate *ao vivo* pela TVAL

**Tema:** *Reforma Constitucional - necessária ou não?*

**Dia 4**, às 20 horas – Lançamento do Livro *Organizações do Conhecimento*, de Maria Terezinha Angeloni

**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho